

A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA OPINATIVA

THE FORMATION OF AN OPINIONATED CONSCIENCE



FABÍOLA CHAGURI NOBRE

Graduada em Economia - UniSant'Anna em 1998; Pós-Graduada em Gestão Empresarial - UNIFAHE em 2024; Pós-Graduada em Direito Digital Financeiro - Bitcoins e Moedas Digitais - UNIFAHE em 2024.

RESUMO

A evolução do pensamento na história processou-se sob etapas definidas, mediante contribuições dos mais eminentes vultos do saber humano, tendentes à detecção do próprio sentido da vida humana em sociedade. Na antigüidade, voltaram-se os pensadores para a política, com destaque para os trabalhos de Platão e Aristóteles. A Idade Média foi, predominantemente, a era da contemplação ou da filosofia dirigida à descoberta da essência de Deus. Presente em todas as épocas em todos os pensadores, está a busca e a identificação do Bem-Comum, aliás, preocupação universal e perene do próprio espírito humano. Porém muito dessa incumbência pessoal e intransferível se torna, como demonstra a história, transferível, delegável e a cada ser humano cabe uma espécie de apoio intelectual de ideias. Mas não se trata de crítica ao processo, apenas constatação.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento; Verdade; Retórica.

ABSTRACT

The evolution of thought in history has taken place in defined stages, through the contributions of the most eminent figures in human knowledge, aimed at detecting the very meaning of human life

in society. In ancient times, thinkers focused on politics, with Plato and Aristotle standing out. The Middle Ages were predominantly the era of contemplation or philosophy aimed at discovering the essence of God. Present at all times in all thinkers was the search for and identification of the Common Good, a universal and perennial concern of the human spirit itself. But much of this personal and non-transferable task has become, as history shows, transferable, delegable, and each human being is responsible for a kind of intellectual support of ideas. But this is not a criticism of the process, just an observation.

KEYWORDS: Thought; Truth; Rhetoric.

INTRODUÇÃO

Aristóteles (384-322 a.C.) é o responsável por sistematizar e formalizar a retórica, considerada, inicialmente, como uma arte de bem falar em público, seja em debates, praças públicas ou tribunais. Nas palavras de Reboul (2004), a retórica é uma disciplina que se filia aos laços judiciais e não literários, fundamentada no sistema democrático. O mesmo autor afirma que não há como definir uma data precisa quanto ao nascimento da retórica, pois ela é anterior à sua própria história:

“E mesmo a qualquer história, pois é inconcebível que os homens não tenham utilizado a linguagem para persuadir. Pode-se, aliás, encontrar retórica entre hindus, chineses e egípcios, sem falar dos hebreus” (REBOUL, 2004, p.1).

Reboul (2004) postula que o surgimento da retórica se associa às disputas por restituições de terras tomadas por tiranos. De acordo com esse autor, pessoas que tiveram suas terras e outros bens tomados por tiranos começaram, depois da queda da tirania, a reclamar os direitos e, sobretudo, a devolução das propriedades e dos bens ora roubados. Por esses motivos, foram montados tribunais para que os debates pudessem acontecer e cada cidadão pudesse ser defensor de sua própria causa.

De acordo com Meyer (2007), pode-se considerar os sofistas como sendo os primeiros advogados, uma vez que contribuíram para o ensino da arte de argumentar, com o objetivo de que as pessoas pudessem reaver as terras espoliadas pelos tiranos. Os sofistas só podiam ensinar as pessoas livremente porque a retórica, desde a antiguidade, só se efetiva por meio da democracia.

Acerca disso, Fiorin (2017, p. 26) diz que a retórica pode ser considerada filha da democracia, pois “nas ditaduras, não se admitem pontos de vista divergentes”. É na democracia que floresce a contradição, base da retórica. As relações sociais estão sempre fundadas na heterogeneidade e a democracia é o respeito ao dissenso”. Essa ligação da retórica com a democracia permitiu que os sofistas ensinassem e ganhassem muito dinheiro com isso. Fiorin (2017) assegura que os mestres sofistas são considerados os primeiros a classificar a retórica como uma técnica e/ou arte do discurso persuasivo.

TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

Meyer (2007) considera que visões diferenciadas acerca de um assunto, questão ou problema, originam uma distância que pode ser ampliada ou reduzida conforme o desenvolvimento da argumentação. Isto é, a relação argumentativa, em muitos momentos, será permeada por opiniões conflitantes e divergentes entre orador e auditório. “Falar, assim como escrever, equivaleria a suscitar uma questão e, portanto, esses atos trazem sempre implícitas as perguntas que lhes correspondem” (MEYER, 2007, p. 9).

Reboul (2004, p.14) também corrobora essa visão agregando, no entanto, um novo ingrediente: o discurso: Eis, pois, a definição que propomos: retórica é a arte de persuadir pelo discurso. Por discurso entendemos toda produção verbal, escrita ou oral, constituída por uma frase ou por uma sequência de frases, que tenha começo e fim e apresente certa unidade de sentido.

Reboul (2004) distingue discursos retóricos de não retóricos. Os retóricos seriam aqueles cujo objetivo é a persuasão. A persuasão, com base no autor, seria a capacidade de fazer o outro crer em algo ou em alguma coisa. Se a retórica tem como alvo principal a persuasão, a preocupação com o auditório é fundamental, pois é ele quem irá balizar os argumentos apresentados.

As origens da retórica remontam à Sicília grega por volta de 465 a.C.; como não existiam advogados, era necessário instrumentalizar os litigantes para que eles pudessem defender suas causas; todavia, a retórica não atendeu apenas a uma demanda social de cunho jurídico, tendo servido, também, à literatura, à filosofia e ao ensino (REBOUL, 2004).

Em relação ao ensino, existiam professores itinerantes de eloquência e filosofia, muito bem remunerados, denominados de sofistas. Podemos considerar que os sofistas foram os primeiros pedagogos e sua função era preparar os jovens para o exercício da vida política, como, por exemplo, terem um desempenho satisfatório nas assembleias de cidadãos.

Os sofistas utilizavam a relatividade das verdades, o que contrariava os pensamentos socrático e platônico que consideravam a unicidade da verdade. Tal relativização consistia em deixar o interlocutor perplexo, sem réplica, tendo por maior objetivo vencer, valendo-se por vezes de uma falsa aparência lógica. Para Reboul (2004, p. 9), isso se dava “Certamente porque o mundo do sofista é um mundo sem verdade, um mundo sem realidade objetiva, capaz de criar o consenso de todos os espíritos [...]”.

Podemos dizer que aconteceram alguns retornos cíclicos da retórica; contudo, apenas no século XX houve um movimento denominado de “virada retórica”, que consistiu na sua retomada como objeto privilegiado de estudo por alguns teóricos e pesquisadores, dentre os quais destacamos Chaïm Perelman e sua assistente de pesquisa, Lucie Olbrechts-Tyteca.

Perelman (1958) revitaliza e reformula certos aspectos fundamentais da razão grega relacionando-os a algumas ideias provenientes da sua formação em Direito e em Lógica. No ano de 1958, ele escreve com Olbrechts-Tyteca o Tratado da argumentação, obra de referência na qual os fundamentos filosóficos da teoria da argumentação ou Nova Retórica são apresentados. E por

que Nova Retórica? Os autores tinham como objetivo estudar a lógica dos juízos de valor, buscando outra forma de racionalidade para tratar dos valores porque estes não seriam suscetíveis a uma análise lógica, racional. Nessa trajetória, perceberam que a racionalidade por eles buscada já havia sido tratada outrora pela retórica clássica grega, mais especificamente por Aristóteles. Esse tipo de raciocínio opera utilizando premissas prováveis, resultantes do acordo entre orador e auditório.

Sendo assim, não existe o verdadeiro ou o falso no plano argumentativo, como ocorre na lógica formal, mas, sim, a verossimilhança, dado que as opiniões são valorizadas, e a força delas é que irá conduzir o auditório para uma ou outra tese. De outra maneira, no momento de exposição dos argumentos, o que tiver mais força persuasiva conduzirá o auditório para uma “verdade” ou, melhor dizendo, para um acordo provisório. Provisório porque em outro momento o mesmo auditório poderá ponderar de maneira diferente, dependendo dos condicionantes da argumentação. Considerando, portanto, a retórica um importante instrumento persuasivo, Perelman e Olbrechts-Tyteca optaram por ressignificar a abordagem aristotélica, denominando-a de Nova Retórica.

Na correspondência aos dias atuais, leia-se auditório como o internauta, aquele que interage com comentários e compartilhamentos de assuntos e ideias.

MICHEL MEYER : O PENSAMENTO PROBLEMATOLÓGICO NA EDUCAÇÃO

Sua abordagem acerca da argumentação foi denominada de Problematologia preconiza que existe uma distância entre orador e auditório que pode ser ampliada ou minimizada, por isso, para ele [...]

“A retórica é a negociação da distância entre os indivíduos a propósito de uma questão (...)” (2002. A problematologia como chave para a unidade da retórica. In: MEYER, M.; CARRILHO, M. M.; TIMMERMANS, B. História da Retórica.

Ou seja, de algo que está em questão porque funciona como questão”. (Meyer, 2002, p. 268). Os enfoques são diferentes, mas dialogam. Mesmo porque, para ter êxito na persuasão, orador e auditório devem procurar encurtar a distância através da pluralidade e assertividade dos argumentos.

Eis um exemplo que contempla os aspectos apontados anteriormente: uma instituição acusa um grupo de alunos de ter burlado algumas regras combinadas pela turma nas aulas de música, considerando-os, assim, indisciplinados e merecedores de sanção. Fundamentados em Meyer (2002) e Oliveira (2008, 2011) podemos analisar a situação de três maneiras:

1. Não foi o referido grupo de alunos que realizou tal ação, ou a mesma não existiu. Nesse caso, houve um questionamento em relação à natureza do fato (o que ocorreu não é “verdade”). Também podemos dizer que existiu um questionamento quanto à identidade (x não é y);
2. Foi o grupo de alunos acusados que burlou as regras combinadas pela turma, mas isso não significa que os mesmos sejam indisciplinados. Nesse caso, questiona-se a qualificação dada ao predicado. O grupo de alunos não é necessariamente indisciplinado, pode ter sido somente desatento;
3. A professora de música desse grupo de alunos não tem autoridade moral para julgar

o comportamento dos alunos, porque ela própria desrespeita também algumas regras combinadas com a turma. Nesse caso, questiona-se a norma, a decisão tomada de punir os alunos, já que a professora costuma não honrar o que acordara.

É importante, todavia, encerrar as discussões, tendo em vista que elas podem ser reabertas e retomadas, possibilitando assim que novos acordos sejam estabelecidos. Discussões que não se encerram podem gerar descrédito, desconfiança e mal-estar. Acreditamos que na educação não devem existir acordos eternos e atemporais, mas sim, que o meio termo e a razoabilidade possam balizar as discussões. Nessa perspectiva, em sala de aula, o professor pode atuar como mediador de conflitos e a escola pode ser um espaço de interlocução.

Julgamos, portanto, que os estudos de Meyer (2002) são pertinentes à educação e podem gerar reflexões relevantes, pois acreditamos que o desejo dos docentes é de se aproximar dos alunos e negociar as inúmeras questões existentes na escola e em sala de aula. Negociar não é fácil, mas, a nosso ver, é um elemento essencial no espaço escolar. É um desafio à ação docente e uma importante ferramenta ao nosso dispor.

PALAVRA E LINGUAGEM

A realidade percebida através de influencers ou mídias - a palavra significa o que media a informação, sacrificando a fonte primária do conhecimento, sua pesquisa e investigação. Ou seja, a realidade não é discutida a partir da sua percepção da realidade, mas a partir da percepção da realidade do outro.

O método fenomenológico vai dizer que é impossível pensar um mundo em que o objeto observado possa ser suspenso de tudo aquilo que abarca em si e ser descrito com neutralidade pelo observador. O filósofo alemão Edmund Gustav Albrecht Husserl (1859 - 1938) apresenta a sua fenomenologia como um método de investigação que tem o propósito de apreender o fenômeno, isto é, a aparição das coisas à consciência, de uma maneira rigorosa - uma forma radical de pensar. Isso quer dizer que, ao ser descrito, o objeto não acaba ali, ele não se reduz à descrição apenas e unicamente. Podemos usar como exemplo, eu não sou apenas a descrição que as pessoas fazem de mim, sou a minha historicidade e tudo que me torno a cada dia. Logo, a descrição da realidade se torna apenas um ponto de vista sobre algo e não a verdade absoluta - aquela que é verdade todo o tempo e em todos os lugares.

A linguagem altera a descrição da percepção da realidade, fundamental para a compreensão do mundo e de nós mesmos - filosofia grega (descreve a origem material). O problema foi o fundamento, que originou o sofismo, admitido e nominado atualmente como “narrativa”.

Enquanto a República de Platão tem como premissa uma distinção entre o tipo de conhecimento possuído pelo filósofo é aquele possuído pelo rei ou homem político, Sócrates explora apenas o caráter do filósofo.

Os gregos possuíam uma forte tradição oral pautada nas narrativas dos mitos, o que dava conta de construir o pensamento coletivo e sua leitura de mundo.

A palavra filosofia significa, segundo o dicionário Oxford, amor pela sabedoria, experimentado apenas pelo ser humano consciente de sua própria ignorância [Segundo autores clássicos, sentido original do termo, atribuído ao filósofo grego Pitágoras (s VI a.C.)].

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nosso intento foi apresentar algumas contribuições da retórica e da teoria da argumentação ao processo educativo por considerar que estamos vivenciando um momento tenso e delicado em relação ao diálogo e à argumentação entre os diferentes auditórios que convivem nas instituições escolares e redes sociais.

No cenário escolar, muito tem se falado sobre a importância desses dois conceitos; entretanto, consideramos que a compreensão sobre eles ainda é limitada.

Dialogar e argumentar não significa “não sistematizar” algumas decisões. Muitas vezes temos banalizado e não dado crédito aos debates por considerar que implicam em uma situação confusa e desorganizada. Não é qualquer troca de palavras que pode ser pensada como uma ação dialógica ou um processo argumentativo. Ambos consistem em uma situação em que há uma interação respeitosa de argumentos, visando a algum entendimento, a um acordo.

A perspectiva dialógica e argumentativa não é unilateral. Caso o auditório não tenha o interesse de participar de alguma discussão, corre-se o risco de esse momento ser teatral e artificial, pois, na realidade, as distâncias que separam o orador e auditório permanecem as mesmas, podendo até aumentar. Ao pensar sobre situações de sala de aula e ao exercer o papel de orador, o professor deve observar essa e outras questões, até porque a tomada de consciência a respeito das qualidades e das limitações pessoais e as dos auditórios é indubitavelmente um diferencial no desenvolvimento da argumentação.

Também cabe ao docente não permitir que a heterogeneidade do auditório se torne um problema - criando ou reforçando incompatibilidades - e ter a habilidade e a sensibilidade para transformar as diferenças em aliadas, de modo que haja complementaridade e troca de experiências satisfatórias entre ele e os auditórios e também entre os próprios auditórios.

Consideramos que a negociação de distâncias pode se constituir num caminho pertinente e promissor que será aperfeiçoado no seu constante exercício. Ela pode acarretar soluções plausíveis - razoáveis - para os diversos conflitos, mas infelizmente não impede que uma discussão possa ser encerrada utilizando a violência. Outra limitação dela é que em inúmeras situações do dia a dia escolar, temos que tomar decisões que não podem esperar. Sendo assim, o sucesso da negociação também depende do tempo disponível para o diálogo e da aptidão de quem a utiliza. Ressaltamos que ela é um meio e não a redenção! Que o desejo de estimular práticas dialógicas, argumentativas e problematizadoras na educação seja maior que o desânimo e a falta de esperança.

A LINGUAGEM E SUAS FUNÇÕES - SOBRE A PERDA DO REFERENTE

A falta de vocábulo implica na falta de elaboração do pensamento. Acarreta em falta de legitimidade, cria uma subcultura.

A gíria (modismo linguístico segundo o jornalista e professor João Bosco Serra e Gurgel, o Dicionário de Gíria) não pertence à linguagem padrão. Não é aceita em situações de formalidade, como por exemplo, redações de vestibular, ofícios, preenchimentos de relatórios, e-mails, textos acadêmicos, artigos científicos, etc. Seu conhecimento e emprego são bem vindos em diversas situações, principalmente quando se faz necessário assumir uma postura menos formal no tratamento de alguém que, por consideração e respeito à sua humilde forma, seja necessário lançar mão de uma comunicação que não subjugu seu interlocutor e não o constranja a se manifestar.

Entretanto, aceitar como definitiva e excludente do vocabulário formal, é abrir mão de uma ferramenta, sobretudo, do próprio pensamento. Seria um reducionismo intelectual.

Perda do referente - É o contexto ou a situação que a mensagem remete ou ainda é a situação na qual emissor e receptor estão inseridos. Existem dois tipos de referente: o situacional, formado pelos elementos que situam o emissor e o receptor e pelas circunstâncias da transmissão da mensagem; e o textual, formado pelos elementos de todo o contexto linguístico.

Função referencial: Essa função centra-se no referente. O texto apresenta informações sobre a realidade, traduzindo objetivamente o fato acontecido.

- a) Função emotiva;
- b) Função conativa;
- c) Função fática;
- d) Função metalinguística;
- e) Função poética; o imaginário desenvolve o raciocínio. A ideia vem antes na esfera da imaginação.

Os mecanismos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada e garantem a coesão são os referentes textuais. Cada uma das coisas ditas estabelece relações de sentido e significado tanto com os elementos que a antecedem como com os que a sucedem, construindo uma cadeia textual significativa.

Como conquistar determinados espaços sem domínio mínimo da linguagem? Qual prejuízo ao pensamento e a manifestação das ideias sem a total capacidade de verbalização? Qual prejuízo ao perfeito entendimento da expressão alheia para aceitação e superação de desafios humanos, se as idéias se perdem no campo das vaidades e das corrupções humanas?

Afastamos a inteligência do que é espiritual. O nosso tempo é herdeiro de uma era racionalista - guiada por suas capacidades cognitivas (a razão - séculos das luzes). As esperanças foram lançadas para essas capacidades - principalmente a ocidental. Houveram muitas conquistas no

campo material e científico, mas achamos que era preciso expulsar para o reino do desconhecido o espiritual da investigação, do debate. Caberia apenas a convicção subjetiva ou os sentimentos.

Para esse debate é fundamental a capacidade do pensar e por consequência, do falar, do escrever. E sobretudo, a liberdade de elaborar possibilidades filosóficas sem freios no pensar.

Na Alegoria da caverna, Platão apresenta sua teoria das ideias a partir da imagem de um grupo de homens acorrentados em uma caverna de tal forma que conhecem apenas as sombras projetadas na parede oposta à saída, mas não os objetos reais que as produzem. O homem que consegue se livrar das correntes e sair da caverna, conhece o mundo real, mas é preciso muito esforço. Desta forma, a alegoria mostra a ascensão gradual ao conhecimento —o conhecimento da realidade—, como resultado de um árduo trabalho.

A filósofa Iris Murdoch fornece uma interpretação da alegoria em sua obra *A Soberania do Bem* (1971):

"A princípio, os prisioneiros da caverna encaram a parede dos fundos. Atrás deles arde uma fogueira a partir de cuja luz eles veem projetadas nas paredes as sombras de fantoches carregados entre eles e a fogueira, e assumem essas sombras como se fossem toda a realidade. Quando se viram, podem ver a fogueira, pela qual têm que passar para sair da caverna. Acredito que a fogueira representa o eu, a velha psique não regenerada, aquela grande fonte de energia e calor. Os prisioneiros no segundo estágio de iluminação adquirem o tipo de autoconsciência que hoje em dia suscita tanto interesse entre nós. Eles podem ver a si mesmos as fontes do que antes era um instinto egoísta cego. Veem as chamas que projetam as sombras que eles costumavam pensar reais, e em seguida podem ver os fantoches, imitações das coisas do mundo real cujas sombras eles aceitavam como verdadeiras. Ainda não sonham que haja algo mais para ver. Não é muito provável que se instalem ao lado da fogueira? Por mais que sua forma seja vacilante e imprecisa, a fogueira é fácil de olhar e confortável o bastante para que se sentem junto dela... A fogueira pode ser confundida com o Sol". 2013, Murdoch, Iris – *A Soberania do Bem*. E-book.

Platão, como um dos filósofos mais importantes da Grécia Antiga, desenvolveu uma teoria complexa sobre a natureza da realidade. Para ele, a realidade consiste em dois níveis diferentes: o mundo sensível e o mundo das Ideias. No mundo sensível é a realidade com a qual nos defrontamos em nosso cotidiano básico, acessada por meio de nossa experiência sensível. Essa realidade pode ser ilusória, enganosa e inferior, levando o ser humano ao erro, causado pelas aparências das coisas do mundo, que não correspondem às essências. Já no mundo das Ideias, estariam as essências das coisas, os conceitos, as ideias fixas e imutáveis que descrevem essencialmente cada ser ou objeto existente.

Produzir conhecimento sobre a realidade, passa necessariamente pela reelaboração de nossas percepções. Com o objetivo de assimilar o conhecimento, é importante inicialmente decompô-lo em partes, no que se chama processo analógico. Para compreender qualquer objeto, é necessário desmontar suas partes para depois montá-lo novamente, com um novo conhecimento adquirido pela prática. O cientista, ao se deparar com seu objeto, precisa desenvolver uma atitude crítica em relação a ele, desmontando-o sob a forma de conceitos, procurando entendê-lo integralmente com o auxílio das informações obtidas pela experimentação. Nesta relação dialética, a produção de conhecimento científico envolve a execução de aproximações conceituais, para que se possa compreender o objeto em todo seu dinamismo.

Fragmentação do conhecimento é entendido como a superespecialização de campos de conhecimento que visam compreender cada vez mais, aspectos específicos da realidade, entretanto não é capaz de tratar e resolver a interconexão dos problemas globais, tanto nos níveis maiores da sociedade como no nível do indivíduo, da particularidade.

REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA DO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO

Desde o surgimento das redes sociais nos anos 2000 iniciou-se um processo de escrita do pensamento, muitas vezes positiva, outras tantas com inúmeras ressalvas, visto que aflorou substancialmente a afirmação da opinião contrária do que as afirmações positivas.

Os haters, como são chamados “disseminadores de ódio”, valendo-se de um momentâneo anonimato, são muitos e são destrutivos.

Assim como os novos pensadores que escrevem textos e mais textos, blogs e sites para construir com palavras o que suas mentes produzem. Muito se ganhou com essa nova tecnologia. A velocidade da resposta do leitor impactou em toda produção literária e se estendeu para a produção musical, cinematográfica e em toda forma de cultura. Os canais de YouTube geraram uma quantidade infindável de novos redatores e pensadores. Observamos que a Inteligência Artificial também ganhou espaço, porém, é preciso uma inteligência humana para manejá-la. E um leitor em seguida o que, do ponto de vista linguístico, não pode ser desprezado. Podcasts, cursos, tudo o que envolve a língua e a escrita aumentou de volume. A importante Bienal do Livro tem batido sucessivos recordes de vendas, fechando 2023 com mais de 5,5 milhões de livros vendidos.

É por meio da linguagem, que o humano negocia com os demais humanos que com ele dividem tempos e espaços simultâneos permitindo que desde os livros de culinárias até os gibis com inspiração nos mangás japoneses tenham seu espaço.

O compartilhamento de metodologias e programas de estudo, a criação de comunidades de aprendizagem e o desenvolvimento de relações mais dinâmicas com os alunos e outros educadores, a língua portuguesa com sua riqueza de conjugações e nomenclaturas é um presente para quem aprecia suas nuances.

A LINGUÍSTICA - FERDINAND DE SAUSSURE

A Linguística Textual inicia-se no Brasil na década de 80 do século XX. O primeiro trabalho de que se tem notícia é de 1981, de autoria do Prof. Ignácio Antônio Neiss, intitulado por uma gramática textual, ao qual se seguiram dois outros, em 1983: Linguística textual: o que é e como se faz, do Prof. Luiz Antônio Marcuschi e Linguística textual: introdução de Leonor Lopes Fávero e Ingedore Villaça Koch.

Saussure (1913), entendia a linguística como um ramo da ciência mais geral dos signos, que ele propôs que fosse chamada de Semiologia. Graças aos seus estudos e ao trabalho de Leonard Bloomfield, a linguística adquiriu autonomia, objeto e método próprios. Seus conceitos serviram de base para o estruturalismo no século XX.

- Língua vs. Fala

Saussure efetua, em sua teorização, uma separação entre Língua (Langue) e Fala (Parole). Para ele, a Língua é um sistema de valores que se opõem uns aos outros. Ela está depositada como produto social na mente de cada falante de uma comunidade e possui homogeneidade. Por isso é o objeto da linguística propriamente dita. A Fala, no entanto, é um ato individual e está sujeito a fatores externos, muitos desses não linguísticos e, portanto, não passíveis de análise.

- Sincronia vs. Diacronia

Ferdinand de Saussure enfatiza uma visão sincrônica, um estudo descritivo da linguística em contraste à visão diacrônica da linguística histórica, a qual estudava a mudança dos signos no eixo das sucessões históricas, estudo este que era a maneira pela qual o estudo de línguas era tradicionalmente realizado no século XIX. Ao propor uma visão sincrônica, Saussure procurou entender a estrutura da linguagem como um sistema em funcionamento em um dado ponto do tempo (recorte sincrônico).

- Sintagma vs. paradigma

O sintagma, definido por Saussure como “a combinação de formas mínimas numa unidade linguística superior”, surge a partir da linearidade do signo, ou seja, ele exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo, pois um termo só passa a ter valor a partir do momento em que ele se contrasta com outro elemento. Já o paradigma é, como o próprio autor define, um “banco de reservas” da língua, fazendo com que suas unidades se opunham, pois uma exclui a outra.

- Significante vs. significado

O signo linguístico constitui-se numa combinação de significante e significado, como se fossem dois lados de uma moeda. O significante é uma “imagem acústica” (cadeia de sons) e reside no plano da forma. O significado é o conceito e reside no plano do conteúdo.

A TEORIA DO VALOR

A teoria do valor é um dos conceitos centrais do pensamento de Saussure. Sumariamente, esta teoria postula que os signos linguísticos estão numa relação diferencial e negativa entre si dentro do sistema de língua, pois um signo só adquire valor na medida em que não é um outro signo qualquer: um signo é aquilo que os outros signos não são.

Como exemplo disso, podemos ter a diferenciação entre cão e homem. A característica positiva “mamífero” não os distingue, mas a característica “quadrúpede”, positiva no cão e negativa no homem, os distingue. Existindo outros animais com a característica “quadrúpede”, outras características

devem ser consideradas para definir o que o animal é. Todavia, é definitivo que não são "homem" por não possuírem a característica "bípede".

O VALOR LINGUÍSTICO CONSIDERADO EM SEU ASPECTO CONCEITUAL

Quando se fala do valor de uma palavra, pensa-se geralmente, e antes de tudo, na propriedade que tem de representar uma ideia, e nisso está, com efeito, um dos aspectos do valor linguístico. O valor, tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é difícil saber como esta se distingue dele, apesar de estar sob sua dependência.

Visto ser a língua um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão somente da presença simultânea de outros, dois fatores são necessários para a existência de um valor: eles são sempre constituídos por uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar; por coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa. Dessarte, para determinar o que vale a moeda de cinco francos, cumpre saber: que se pode trocá-la por uma quantidade determinada de uma coisa diferente, por exemplo, pão; que se pode compará-la com um valor semelhante do mesmo sistema, por exemplo uma moeda de um franco, ou uma moeda de algum outro sistema (um dólar etc.).

Do mesmo modo, uma palavra pode ser trocada por algo semelhante: uma ideia; além disso, pode ser comparada com algo da mesma natureza: uma outra palavra. Seu valor não estará então fixado, enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser "trocada" por este ou aquele conceito, isto é, que tem esta ou aquela significação; falta ainda compará-la com os valores semelhantes, com as palavras que se lhe podem opor. Seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. Fazendo parte de um sistema, está não só revestida de uma significação como também, e sobretudo, de um valor, e isso é coisa muito diferente.

Alguns exemplos mostrarão que é de fato assim. O português carneiro ou o francês mouton podem ter a mesma significação que o inglês sheep, mas não o mesmo valor, isso por várias razões, em particular porque, ao falar de uma porção de carne preparada e servida à mesa, o inglês diz mutton e não sheep. A diferença de valor entre sheep e mouton ou carneiro se deve a que o primeiro tem a seu lado um segundo termo, o que não ocorre com a palavra francesa ou portuguesa.

No interior de uma mesma língua, todas as palavras que exprimem ideias vizinhas se limitam reciprocamente: sinônimos como recear, temer, ter medo só tem valor próprio pela oposição; se recear não existisse, todo seu conteúdo iria para os seus concorrentes. Inversamente, existem termos que se enriquecem pelo contato com outros. Assim, o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia; nem sequer da palavra que significa "sol" se pode fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor; línguas há em que é possível dizer "sentar-se ao sol".

O que se disse das palavras aplica-se a qualquer termo da língua, por exemplo às entidades gramaticais. Assim o valor de um plural português ou francês não corresponde ao de um plural sânscrito, mesmo que a significação seja a mais das vezes idêntica. Se as palavras estivessem

encarregadas de representar os conceitos dados de antemão, cada uma delas teria, de uma língua para outra, correspondentes exatos para os sentidos, mas não ocorre assim.[1]

O VALOR LINGUÍSTICO CONSIDERADO EM SEU ASPECTO MATERIAL

Se a parte conceitual do valor é constituída unicamente por relações e diferenças com os outros termos da língua, pode-se dizer o mesmo da sua parte material. O que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras, pois são elas que levam a significação.

Ademais, é impossível que o som, elemento material, pertença por si à língua. Ele não é, para ela, mais que uma coisa secundária, matéria que põe em jogo. Todos os valores convencionais apresentam esse caráter de não se confundir com o elemento tangível que lhes serve de suporte. Assim, não é o metal da moeda que lhe fixa o valor; um escudo, que vale nominalmente cinco francos, contém apenas a metade dessa importância em prata; valerá mais ou menos com esta ou aquela efígie, mais ou menos aquém ou além de uma fronteira política. Isso é ainda mais verdadeiro no que respeita ao significante linguístico; em sua essência, este não é de modo algum fônico; é incorpóreo, constituído, não por sua substância material, mas unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras.

Esse princípio é tão essencial que se aplica a todos os elementos materiais da língua, inclusive os fonemas. Cada idioma compõe suas palavras com base num sistema de elementos sonoros cada um dos quais forma uma unidade claramente delimitada e cujo número está perfeitamente determinado. Mas o que os caracteriza não é, como se poderia crer, sua qualidade própria e positiva, mas simplesmente o fato de não se confundirem entre si. Os fonemas são, antes de tudo, entidades opostas, relativas e negativas. Prova-o a margem de ação de que gozam os falantes para a pronúncia, contanto que os sons continuem sendo distintos uns dos outros.

Outro sistema de signos que se comprova existir idêntico estado de coisas é a escrita. De fato:

1. Os signos da escrita são arbitrários; nenhuma relação existe entre a letra t e o som que ela designa;
2. O valor das letras é puramente negativo e diferencial; assim, a mesma pessoa pode escrever t com variantes tais como: T, t, dentre outras formas. A única coisa essencial é que este signo não se confunda em sua escrita, com o do l, do d, etc.;
3. Os valores da escrita só funcionam pela sua oposição recíproca dentro de um sistema definido, composto de um número determinado de letras;
4. O meio de produção do signo é totalmente indiferente, pois não importa o sistema. Quer se escreva as letras em branco ou preto, em baixo ou alto relevo, com uma pena ou um cinzel, isso não tem importância para a significação.

A REDUÇÃO DO VOCABULÁRIO AFETA A INTELIGÊNCIA DE DIVERSAS FORMAS

1. Limita a capacidade de expressar ideias:

- Um vocabulário rico permite que as pessoas expressem seus pensamentos e ideias com mais precisão e nuance;
- Com menos palavras disponíveis, a comunicação se torna mais difícil e imprecisa, o que pode levar a mal-entendidos e frustrações;
- Isso pode dificultar a comunicação de ideias complexas, a argumentação de forma persuasiva e a compreensão de informações complexas.

2. Dificulta o aprendizado:

- O vocabulário é essencial para o aprendizado, pois fornece as ferramentas para entender e reter novas informações;
- Um vocabulário limitado torna mais difícil aprender conceitos novos e complexos, pois as pessoas não têm as palavras para compreendê-los completamente;
- Isso pode levar a um desempenho acadêmico mais baixo e a uma dificuldade maior para acompanhar as demandas do mundo em constante mudança.

3. Reduz a criatividade:

- Um vocabulário rico fornece a matéria-prima para o pensamento criativo;
- Com mais palavras disponíveis, as pessoas podem gerar mais ideias, fazer conexões novas e inovadoras e se expressar de maneiras mais originais;
- Um vocabulário limitado pode sufocar a criatividade, tornando mais difícil pensar fora da caixa e encontrar soluções inovadoras para problemas.

4. Afeta o pensamento crítico:

- O vocabulário é essencial para o pensamento crítico, pois permite que as pessoas analisem informações, avaliem argumentos e tirem conclusões fundamentadas;
- Um vocabulário limitado torna mais difícil entender as nuances da linguagem e identificar falhas lógicas;
- Isso pode levar a uma maior suscetibilidade à manipulação e à desinformação, bem como a uma dificuldade maior para tomar decisões informadas.

5. Prejudica o desenvolvimento social:

- Um vocabulário rico é essencial para a comunicação eficaz e para construir relacionamentos fortes;

- As pessoas com vocabulário limitado podem ter dificuldade em se comunicar com os outros, o que pode levar ao isolamento social e à baixa autoestima;
- Isso também pode dificultar o sucesso profissional, pois a comunicação e as habilidades interpessoais são essenciais para a maioria dos trabalhos.

PÓS-VERDADE

“A explicação da palavra pós-verdade de acordo com o Oxford é de que o composto do prefixo ‘pós’ não se refere apenas ao tempo seguinte a alguma situação ou evento – como pós-guerra, por exemplo –, mas sim a ‘pertencer a um momento em que o conceito específico se tornou irrelevante ou não é mais importante’. Neste caso, a verdade. Portanto, pós-verdade se refere ao momento em que a verdade já não é mais importante como já foi.” (2016)

Pós-verdade quer dizer ‘algo que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência para definir a opinião pública do que o apelo à emoção ou crenças pessoais’. Em outros termos: a verdade perdeu o valor. Não nos guiamos mais pelos fatos. Mas pelo que escolhemos ou queremos acreditar que é a verdade. (2016)

Na descrição Wikipédia (2024) é descrita como “ um neologismo que descreve a situação na qual, na hora de criar e modelar a opinião pública, os fatos objetivos têm menos influência que os apelos às emoções e às crenças pessoais. Na cultura política, se denomina política da pós-verdade (ou política pós-factual)] aquela na qual o debate se enquadra em apelos emocionais, desconectando-se dos detalhes da política pública, e pela reiterada afirmação de pontos de discussão nos quais as réplicas fáticas — os fatos — são ignoradas. A pós-verdade difere da tradicional disputa e falsificação da verdade, dando-lhe uma "importância secundária". Resume-se como a ideia em que “algo que aparente ser verdade é mais importante que a própria verdade”. Para alguns autores, a pós-verdade é simplesmente mentira, fraude ou falsidade encobertas com o termo politicamente correto de "pós-verdade", que ocultaria a tradicional propaganda política.” Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%B3s-verdade> - Acesso 26 jun. 2024.

O terreno da internet tem se revelado fértil para a propagação de mentiras – sempre interessadas –, trincheira dos haters (odiadores). Levamos tanto tempo para estabelecer uma visão ‘científica’ dos fatos, construir uma possível isenção jornalística, independência editorial e, de repente, vemos que o debate político se dá entre ‘socos e pontapés’. A pós-verdade arrasta a política, o jornalismo, a justiça, a economia, a nossa vida pessoal.

Exemplo emblemático é o caso da escola base em que os proprietários de uma escola infantil foram acusados injustamente de abuso sexual, causando danos irreparáveis à sua reputação devido à cobertura precipitada da imprensa e à conduta da polícia:



Parede da casa do casal Icozeiro Shimada e Maria Aparecida Shimada pichada após falsa denúncia em 1994. https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Escola_Base - Acesso 26 maio 2024.

O caso Escola Base ocorreu em 1994, em São Paulo, no qual os proprietários de uma escola infantil foram acusados injustamente de abuso sexual, causando danos irreparáveis à sua reputação devido à cobertura precipitada da imprensa e à conduta da polícia.

A Escola Base era uma escola particular localizada no bairro da Aclimação da capital paulista. Em março de 1994, o casal proprietário da escola, uma professora e um motorista foram injustamente acusados pela imprensa de abuso sexual contra alguns alunos de quatro anos da escola. Em consequência da revolta da opinião pública, a escola foi obrigada a encerrar suas atividades logo em seguida.

O jornal Estado de São Paulo e a Rede Globo foram condenados a pagar indenizações aos acusados. O caso tornou-se referência nas discussões em cursos de direito e jornalismo, como exemplo das consequências trágicas que acusações precipitadas podem ocasionar.

Como apresentado e fazendo uma verificação histórica de como a realidade é observada e construída, concluímos que essa apresentação de estrutura narrativa não tem nada de novo - a natureza humana permanece a mesma, apenas está potencializada pelo alcance da Internet / Redes Sociais.

Uma notícia pode ganhar o título de Fake News rapidamente, e quem seria o grande detentor da VERDADE que nomeia e carimba o que é Fake News ou não? Outro exemplo em que narrativas se sobrepõem aos fatos, alterando a percepção da realidade descrita. No primeiro quadro, a história descrita:

“Caminhões com doações destinadas às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul que passaram por postos da ANTT não ficaram retidos, como alegam publicações. A agência confirmou que seis veículos foram autuados por excesso de peso, mas que as multas não terão validade. O governo federal também publicou regras de flexibilização para facilitar a entrega dos kits, dispensando, por exemplo, o processo de pesagem em rodovias federais. Além disso, o governo gaúcho esclareceu que não estão sendo exigidas notas fiscais das doações, diferentemente do que foi dito em vídeos.” <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/comprova/contextualizando-caminhoes-com-doacoes-ao-rs-nao-sao-retidos-por-falta-de-nota-fiscal-e-multas-por-excesso-de-peso-serao-anuladas-entenda-os-casos> - Acesso 28 maio 2024.

Nesta próxima descrição (quadro abaixo), e diante de vídeos apresentados na ocasião, a

realidade dos fatos é apresentada. Se houveram multas é porque o fato descrito anteriormente como falso, aconteceu.

“O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale, disse, nesta quarta-feira (8), que haverá a anulação das multas por excesso de peso em veículos de carga que seguiam com doações para o Rio Grande do Sul. Os casos aconteceram na balança de Araranguá, em Santa Catarina, que fica 250 quilômetros distante de Porto Alegre. (...) É importante dizer, que todos esses casos, que foram seis, seguiram suas viagens sem retenção na balança, ao constatarmos que eram doações”, explicou Vitale.” <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/chuvas-no-rs-multas-por-excesso-de-peso-em-veiculos-com-doacoes-serao-anuladas-diz-diretor-da-antt/> - Acesso 28 maio 2024.

Segundo Braga (2018, p. 205), o fenômeno das fake news pode ser entendido como ‘a disseminação, por qualquer meio de comunicação, de notícias sabidamente falsas com o intuito de atrair a atenção para desinformar ou obter vantagem política ou econômica’. Por essa ótica, pode-se considerar que há, por parte do(s) sujeito(s) que veiculam tais notícias, uma certa vontade de desinformar o seu interlocutor e levá-lo, ao menos potencialmente, a um estado de dissuasão referente à sua disposição de espírito anterior acerca de qualquer assunto.

Nas ciências políticas está mais do que provado que tragédias de comoção nacional alavancam ou derrubam a popularidade de governos vigentes.

Em contrapartida, Christian Dunker (2017) acentua que: [...] alguns consideram que o discurso da pós-verdade corresponde a uma suspensão completa de referência a fatos e verificações objetivas, substituídas por opiniões tornadas verossímeis apenas à base de repetições, sem confirmação de fontes. Pensamos que o fenômeno é mais complexo que isso, pois ele envolve uma combinação calculada de observações corretas, interpretações plausíveis e fontes confiáveis em uma mistura que é, no conjunto, absolutamente falsa e interesseira (DUNKER, 2017, p. 38). Há nesses discursos, por assim dizer, enunciados comprovadamente verdadeiros, relação a fatos efetivamente comprovados, interpretações plausíveis, induções verossímeis, o que confere ao fenômeno da pós-verdade traços para além da velha mentira política.

O que se acentua na era da pós-verdade, entretanto, é a indisponibilidade ao diálogo entre as distintas opiniões, pela consideração, valorativa, por certo, de já se conhecer a “única verdade possível” sobre determinada questão. Isso se dá devido à existência de um conjunto de vieses cognitivos, dentro dos quais o viés de confirmação, a saber, a tendência em tratar, preferencialmente, as informações que confirmem nossas crenças em detrimento das que as invalidam (BRONNER, 2013). A pós-verdade evocaria, assim, um autoritarismo da interpretação, que impele os sujeitos a já predispor de determinada leitura cativa dos fatos, rejeitando o que distingue, compartilhando o que assemelha, sem maiores reflexões acerca do que ali é informado como verdade. Há, portanto, algo de bastante retórico, não meramente pela questão da (im)persuasão possível de ser observada nesse fenômeno, mas, sobretudo, pelo caráter retórico desde a percepção da realidade, pelo movimento cognitivo e argumentativo de seleção do que se divulga e do que se rejeita.

O semanário The Economist deu a capa de uma edição uma interessante reportagem sobre a política ‘pós-verdade’. Ilustra o conceito com Donald Trump afirmando que Barack Obama é o criador do Estado Islâmico e a campanha do Brexit dizendo que a permanência do Reino Unido na União Europeia custa US\$ 470 milhões por semana aos cofres britânicos. Não é preciso mais do

que um computador para descobrir que ambas as afirmações são falsas, mas, ainda assim, elas prosperaram.

É importante notar que a inteligência é um conceito complexo e multifacetado que não se resume apenas ao vocabulário. Existem muitos outros fatores que contribuem para a inteligência, como a capacidade de aprender, resolver problemas, se adaptar e se relacionar com os outros. No entanto, um vocabulário rico é certamente uma ferramenta valiosa que pode aprimorar a inteligência em todas essas áreas.

Em resumo, a redução do vocabulário pode ter um impacto negativo significativo na inteligência, afetando a capacidade de se comunicar, aprender, ser criativo, pensar criticamente e se desenvolver socialmente. Por outro lado, um vocabulário rico pode ser uma ferramenta poderosa que pode aprimorar a inteligência em todas essas áreas.

REFERÊNCIAS:

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

Alves da Silva, Karen; P. de Castro, Maria Fausta. «**Os anagramas de Saussure: Saussure sob Saussure?**» (PDF). Universidade Estadual de Campinas. Acesso 07 dez. 2012.

Bronner, Dale C. **PRINCÍPIOS DA SABEDORIA** - 2017

Calvet da Silveira Metafísico

<https://www.scielo.br/j/er/a/dSyhvQRCd9NsjCxqsmmcYhh/> Acesso 07 dez. 2012.

<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade#:~:text=%E2%80%9CPe-la%20defini%C3%A7%C3%A3o%20do%20dicion%C3%A1rio%20%5BOxford,a%20verdade%20perdeu%20o%20valor> Acesso 28 maio 2024.

Professor Fábio Blanco, 26 mar. 2024.

Comunicação e Linguagem - Edição2, Uniasselvi

Profª Cláudia Suéli Weiss

Profª Elisabeth Penzlien Tafner

Profª Estela Maris Bogo Lorenzi

Profª Luana Ewald

https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6854/6854_4.PDF Acesso 28 maio 2024.

<https://www.aquinate.com.br/wp-content/uploads/2019/04/E-SAULO-RAMOS.pdf> Acesso 28 maio 2024.

MEYER, M.; CARRILHO, M. M.; TIMMERMANS, B. História da Retórica (2002). **A problematologia como chave para a unidade da retórica**

(MARTINS, 2006, p. 18) https://pt.wikipedia.org/wiki/Ferdinand_de_Saussure Acesso 28 maio 2024.

De Saussure, Ferdinand (2002). **Curso de Lingüística Geral 30ª ed.** São Paulo: Cultrix. ISBN 85-316-0102-9

Dunker, Christian 2017 – **Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano.** São Paulo: Ubu Editora. (ISBN 978-8592886462).

«Ferdinand de Saussure». UOL - **Educação**. Acesso 07 dez. 2012

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2017.

Gurgel, Carlos Frederico. **A VERDADE SEGUNDO SANTO TOMÁS DE AQUINO**

Harris, Roy (1989). Landmarks in Linguistic Thought 1: **The Western Tradition from Socrates to Saussure (em inglês)**. [S.l.]: Psychology Press. ISBN 9780415153621

Kemmer, Suzanne. «Biographical sketch of Ferdinand de Saussure». Ling 403: Foundations **of Linguistics (em inglês)**. Rice University. Consultado em 23 de dezembro de 2011

Leonor Lopes Fávero¹, **Linguística textual: memória e representação** - Filol. linguíst. port., n. 14(2), p.225-233, 2012.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein (8ª Edição)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MEYER, M. **A Retórica**. Revisão técnica de Lineide Salvador Mosca. Trad. de Marly N.

Morpurgo Davies, Anna (2004). Sanders, Carol, ed. Saussure and Indo European linguistics. **The Cambridge Companion to Saussure (em inglês)**. Cambridge: Cambridge University Press. p. 14, 15

Murdoch, Iris (2013) – **A Soberania do Bem. E-book**.

Perelman, **Chaim Tratado da argumentação: a nova retórica – 1958** (em colaboração com Lucie Olbrechts-Tyteca);

Pietroforte, Antonio Vicente (2004). Fiorin, José Luiz, ed. **A língua como objeto da Lingüística**. Introdução à Lingüística. I. Objetos teóricos 3ª ed. São Paulo: Contexto. ISBN 85-7244-192-1

SAUSSURE, F. (2006). **Curso de Linguística Geral 8ª ed.** São Paulo: Cultrix. pp. XXIV.